



Ministério da Educação – Brasil  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM  
Minas Gerais – Brasil  
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas  
Reg.: 120.2.095 – 2011 – UFVJM  
ISSN: 2238-6424  
QUALIS/CAPES – LATINDEX  
Nº. 06 – Ano III – 10/2014

## **Corpos errantes em movimento e o simulacro da ordem: tramas, trajetos e vivências de “cracudos” nas ruas do Rio de Janeiro**

Beatriz Brandão

Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais (UERJ)

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia

Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RIO - Brasil

<http://lattes.cnpq.br/4613221064560873>

Email: [bia.brandao18@hotmail.com](mailto:bia.brandao18@hotmail.com)

**Resumo:** Esse artigo tem o objetivo de apresentar o cenário dos moradores de rua e usuários de crack na cidade do Rio de Janeiro - os chamados “cracudos” - identificando-os num processo de pobreza extrema e de rejeição social. A partir de conceitos sociológicos, abrem-se pistas de análises antropológicas, como um ensaio pré-campo, no qual são avaliados a formação de uma sociabilidade particular dos usuários de crack que vivem nas ruas da cidade. Nesse caminho, é feita uma pequena apresentação da formação do território de uso da droga, as chamadas *cracolândias*, a relação deles com a rua e suas próprias escalas de exclusão, bem como a relação dos usuários em sua própria comunidade e com os moradores da cidade formal.

**Palavras-chave:** Cracudo.Crack.Cracolândia

## 1. INTRODUÇÃO

No entendimento de que o sujeito atua na construção do seu território e esse, também, não somente o reflete, mas o descreve nos interstícios de sua relação, foram pensados os diálogos possíveis e formadores entre o sujeito (a figura do *cracudo*) e o território que ele se forma e se estabelece (a chamada *cracolândia*). A relação é aqui colocada nos limites do território e corpo / corpo e território, mostrando como se enlaçam continuamente. Assim, as análises se pautam em como o *cracudo* monta e dá suas significações à *cracolândia*, um território próprio, criado por ele juntamente com as representações que a sociedade cria para caracterizá-lo e conformá-lo às suas “certezas”. Na tentativa de complexificar as mediações existentes entre a formação subjetiva do *cracudo*, em seu processo de comunicação por meio da corporalidade, e a *cracolândia* ressignificada por suas ações, houve um debruçamento sobre a forma dialética e interacional que os dois se encontram, que será analisado a partir das visões sociológicas e antropológicas sobre eles. Esse caminho percorre o universal e o particular, sendo algumas vezes necessário inverter a ordem lógica e ir do particular ao universal.

Início com experiências etnográficas, descrevendo a afetação – no sentido de ser afetado de Favret-Saada –pelo campo informal<sup>1</sup>.

Como se vê, quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível. (FAVRET-SAADA, 2005, p. 160)

O primeiro tópico (Sobre corpos e territórios), que deflagra esses passos iniciais, descreve as primeiras andanças, percepções e descobertas como pesquisadora sobre as representações do crack na cidade. Compõem uma reflexão de cunho teórico e

---

<sup>1</sup> Refiro-me ao campo com o adjetivo de informal por ainda não ter iniciado o trabalho de campo formalmente nas *cracolândias* e serem essas observações do caminhar cotidiano.

afetivo, no sentido em que tenta desenvolver reflexões, questionamentos e inquietações primárias sobre os temas que serão abordados e melhor ancorados a partir de um trabalho de campo realizado. Estão o desenvolvimento de pensamentos sobre o porquê de se debruçar sobre a temática do crack, qual a sua relevância acadêmica e, também, na arena dos debates sociais no momento atual e de como essa questão me provoca e me afeta como antropóloga/pesquisadora. São encontrados os ensaios gerais de como interpreto os acontecimentos, o movimento crack/ *cracudo* e como pretendo trabalhar isso em campo. Como descreverei perspectivas etnográficas, modifico o caminho e parto do particular para pensar primeiro o *cracudo* numa busca da concepção de si, bem como as micro relações delecom sua comunidade. Parto dos corpos e sigo depois para o território onde eles põe em prática suas vivências pluralizadas.

Nesse caminho, o segundo tópico (Sobre territórios e corpos) concerne teorizações mais amplas, no qual tento descrever, historicizar e analisar a *cracolância*. Entendendo-a como margem, sentido que vai além de território mas se conecta à vida precária, possuindo seus próprios processos de subjetivação. Os *cracudos* que ali habitam transformam esse território numa territorialidade, pois “territorialidade denota mais uma qualidade que um território substantive, ele flexibiliza os espaços sociais”. (Arantes, 1994 *apud* RUI, 2012a) Essa linha se desenvolve com o objetivo de promover um olhar de fusão entre o território e as posturas e vidas ali envolvidas, assim como as tensões sociais decorrentes desse imbricamento.

## **2. Sobre corpos e territórios**

### **“Diga não às drogas, fuja dos cracudos”: percepções sobre discursos e práticas em andanças no Rio de Janeiro**

Ao passar pela cidade é possível adentrar num mundo de representações sociais para essa categoria socialmente construída: a dos *cracudos*<sup>2</sup>. Falas como essa - pixada

---

<sup>2</sup> Uso o termo *cracudo* em itálico por ser uma categoria que deve ser analisada de modo pormenorizado devido ao alto grau simbólico e subjetivo que traz consigo. *Cracudo* é a forma estigmatizante que é chamado o usuário de crack e morador de rua no Rio de Janeiro. Normalmente, a nomenclatura é dada

em um muro da zona norte do Rio - são repetidas ostensivamente em nosso cotidiano e expressam abertamente um cenário de completa evitação e transfiguração de seus papéis: do que são e do que representam. A frase que inicia esse capítulo encerra em si mesma uma polissemia de significados, pois evoca um emblema de pensamento compartilhado. Numa breve análise dessa frase, vemos uma primeira afirmação, muito aceita nos meios de combate às drogas, principalmente nas áreas de saúde: “Diga não às drogas” já figura no imaginário social, como uma naturalização de luta pela anulação do uso dessas (ditas) nocivas substâncias. A afirmativa, em forma de pedido apelativo para se negar a primeira experiência, é natural aos nossos ouvidos, mas é na continuação da frase que reside o ponto que culmina a questão, é ela que nos provoca, nos movimenta e nos consome em estranhamento.

“Fuja dos cracudos” substitui e suprime o que seria a ordem lógica do discurso, a continuação conclusiva com o apelo “fuja do crack”. Mas a opção pela personificação do perigo nos abre para a visão de uma problemática imaterial, que foge dos moldes objetivados da fuga da droga em si e de seus efeitos, o conselho não é fugir do objeto material e palpável que te leva a dependência. Não! Fuja dos cracudos revela uma verdade superior, uma áurea que impermeabiliza discursos e práticas, revelando uma questão altamente subjetiva. As ações estigmatórias ultrapassa a droga – objeto – e alcança os os corpos e suas possibilidades de agenciamento de vida. Para além do problema da dependência, a frase é categórica e taxativa, num tom de comando, direciona para o cerne: o perigo. Ou seja, para além da face de párias e escórias sociais, emerge outra dimensão que torna-se majoritária, o medo e o perigo. No discurso massacrante dos muitos, o *cracudo* é mais que um usuário da droga, ele é um

---

aos moradores de rua que fazem uso da droga, num modo de diferenciação de quem é usuário (ou seja, faz uso, mas não tem a rua como moradia e mantém uma vida com laços sociais ainda existente) e o cracudo, que faz uso, mora na rua e “atrapalha o fluxo natural da cidade”. Assim, aqui é demarcado o cracudo como diferente do que é “apenas” usuário. O cracudo é o usuário e morador de rua, ou seja, aquele que chegou ao último estágio degradante possível. Se trata de uma importante análise, pois é incorporada pelos próprios usuários, o que mostra a capilaridade de representações que essa categoria pode alcançar.

parasita<sup>3</sup> que trafega entre as ruas, colocando a vida dos cidadãos na linha de perigo e tensão.

A presença massiva “desses drogados” modificou o cenário das ruas e o olhar dos transeuntes sobre os moradores de rua. Homogenizou-se o discurso, na adoção de uma categoria unificadora, no qual se iguala morador de rua a *cracudo* e todos são reconhecidos por essa união de estigmas (GOFFMAN, 1988). Assim, a figura dos *cracudos* resignifica a vida nas ruas e o olhar sobre aqueles que tem a rua como moradia. Se antes tínhamos o mendigo agora a imagem foi tomada e equalizada no sentido em que morador de rua e o *cracudo* partilham não somente o mesmo território, mas a mesma identidade.

Foi-se o olhar de pena ou condolência com os despossuídos que, com seus papelões, constroem suas moradias e que somente os traçados públicos da rua serviam como terreno privado para esses desvalidos, mas que, ainda assim, eram merecedores de piedade, de um cobertor para aquecer no frio e de uma sopa quentinha à noite. Afinal, eles também são humanos, não? Esse perfil de morador de rua conseguia despertar as atitudes da caridade, tão apregoadas pelo pensamento cristão. No entanto, essa figura do morador perdeu o seu lugar, a transformação se deu por via de um processo intermitente na posição do morador de rua na cidade.

Os mendigos de hoje despersonalizaram-se numa multidão anômica a agitar signos coletivos. [...] Essas crianças que erram nas ruas nos exibem cotidianamente a gestação da decadência, da inutilidade e da miséria. [...] O diálogo entre o desarmado pedinte e seu protetor familiar equilibrava-se sobre convenções dialógicas absolutamente distintas das que hoje cercam o diálogo desequilibrado entre o armado carente e um estranho desprotegido (SILVA & MILITO, 1995, p. 32).

Assim é possível detectar uma das causas de seu diálogo com a sociedade abrangente ter sido brutalmente modificada. Esse fato diz respeito a essa mudança de perfil do morador de rua, que antes era caracterizado e personalístico, conhecido e reconhecido que era visto pelo olhar da pena, no qual ao ajudar-lhe, os sujeitos sentiam-se como que “fazendo o bem” a um necessitado. Nesse processo entra na arena o paradigma da criança carente/menino de rua/menor abandonado e a figura do

---

<sup>3</sup> A palavra parasita é usada com intencionalidade. Está aí para abrir as discussões posteriores sobre o processo de desumanização a que o “cracudo” é submetido. Assim, a sociedade se vale de categorias outras para se referir a essas pessoas: parasitas, animais, zumbis.

mendigo “se perde” em meio a uma pluralidade de identidades. Com essa modificação, o olhar da sociedade em geral também se afasta, pois a multidão que se formava e se aglomerava nas cidades, era um símbolo de decadências individuais e coletivas. A rua atual revela uma presença já encontrada antes que é a do drogado, mas que toma um espaço maior que o estimado, o antigo mendigo, o menino de rua, o delinquente das ruas, toda essa multiplicidade moradora do mundo público passa a ser reconhecido apenas como “o cracudo”. Enquanto havia um resquício de humanidade naqueles merecedores da caridade, para esses usuários essa condição de humanidade se dilui até se perder completamente, é visto “como aquele cuja vida não é considerada legítima e, portanto, que é quase impossível de se materializar”. (RUI, 2012a, p. 11)

Desde que o crack assume essa força no cenário real e social os discursos de ultraje ganham corpo e força e passeiam pelas bocas dos transeuntes, pelos muros da cidade, pelos “trabalhadores ameaçados”, até encontrar o seu lugar na imprensa, na religião e nos moldes moralizantes. Como rastio de pólvora, a multiplicação das representações formadas sobre eles foram mais epidêmicas do que a euforia do discurso de “epidemia do crack”. Em meus próprios passos deparo e encontro com falas e práticas que afirmam essa inferiorização das capacidades eminentemente humanas entre eles. Apesar de não ter iniciado o campo no sentido *strictu sensu*, tive experiências etnográficas ainda que não buscadas conscientemente. Frente a tantas demandas sociais, que operam quase como um pedido por problematização, me senti tocada por essa temática e, assim, exemplifico com uma das situações que vivenciei que me provocou algumas reflexões.

Cerca de um mês atrás, no bairro de Madureira - bairro no qual há grande contingente de usuários no entorno da linha de trem – estava à procura de um endereço, porém não tinha ponto de referência e a rua era pouco conhecida. Era por volta de 6 da tarde e tinha um grande número de pessoas trafegando, como se é esperado. Resolvi perguntar para o jornaleiro, pois é sempre ele o guardião dos perdidos da cidade, o que carrega o mapa na mente e a bússola no olhar. A figura do jornaleiro é muito curiosa, porque por saber que domina os códigos da cidade, sente-se livre para desempanhar vários papéis, o de vendedor, de guia, de conselheiro, agente de violência, ou policial. Nesse caso específico, a função de guia não podia se

concretizar já que ele também não sabia onde era o endereço. Mas, mesmo assim, agiu em seu aguçado protetor e me pediu para entrar na banca, pois com aquele celular na mão poderia ser roubada a qualquer momento. Recebo uma ligação esclarecedora de dentro da banca, que me explica como chegar ao meu destino, vou repetindo os nomes das referências e o jornaleiro, a me observar, faz sinal gestual de saber de onde é. Quando desligo ele diz que o local é perto, no entanto, muito perigoso por causa da presença dos *cracudos*. Com um tom forte, decidido e incisivo ele afirmava que eu não poderia seguir e tinha que voltar pra casa imediatamente. Estranhei tamanha veemência, pois parecia me dar uma ordem como um pai. Argumentei, dizendo que tinha que ir devido a um compromisso e ele, tentando me amedrontar, repetia a frase: “Você tem certeza que vai? Os *cracudos* vão te **atacar**, os *cracudos* **vão** te atacar...” Para conferir mais credibilidade ao sua afirmação chama pra conversa um homem que pára na banca para comprar seu cigarro. “Olha só, essa menina tá querendo ir pra *tal lugar*, fala pra ela o quanto é perigoso”. O senhor levanta a sobrancelha, com olhar de reprovação e diz: “É, pode ser que você não seja atacada, mas vá rezando”, disse apontando o indicador para o céu. Me virei para os dois, agradei a preocupação e disse que, infelizmente, deveria andar pois já estava atrasada. No caminho não encontrei nenhum *cracudo* ou nenhum sinal de *ataque* ou algo que poderia ser lesivo.

O caminho me fez refletir em como aqueles dois homens se referiram com tamanho aviltamento e depreciação aos *cracudos* e algumas palavras, em particular, me fizeram pensar no universo gramatical e simbólico no qual eles se encontram. Grifei as palavras “atacar” e o verbo no imperativo “vão”. Na primeira, referente a ataque, me perguntei porque não assalto, roubo ou até mesmo estupro? A palavra ataque traz em si significados que remetem a uma ação animalesca, mais comumente cometida por animais. Se diz que uma pessoa foi atacada por um cachorro, um urso ou um leão. Um comportamento animalesco supõe ações brutais e desumanas. O fato do *cracudo* atacar e não cometer outro tipo de atitude (mesmo que seja criminal) os acomete de uma condição sub-humana, que não resta uma fresta de resquícios civilizatórios (ELIAS, 1993, 1994). E o vão te atacar mostra uma certeza, uma convicção de que isso aconteceria, como se essa fosse o único ato esperado de um integrante desse grupo. Há poucas possibilidades de razoabilidade de pensamentos para ações advindas dos



*cracudos* e, na visão deles só há duas opções comportamentais: se eles não estivessem submersos em sua droga, assim como zumbis, estariam atacando e colocando em risco a vida de outros. Se forma uma visão polarizada acerca das agências<sup>4</sup> possíveis para os habitantes da *cracolândia*, ou uma vida de abjeção e entrega a quase que uma não condição ou a um abrupto corte com o ataque, a expressão brutal e infame. O olhar emprestado a eles é o de um “ser” com poucas (ou nenhuma) alternativas de vivências múltiplas.

Por serem a enunciação de um processo que o “Estado não pode resolver”, tornam-se vítimas de uma ordem dicotômica. Aparecem no imaginário social como a não lembrança, mas essa “não lembrança” parece atávica no quadro do medo, ou pior, da repulsa. Forma-se, assim, um paradoxo entre *atitude blasé*<sup>5</sup>. e o *gatilho apontado*. Desse modo, “a exclusão pode ser visível e materializada através de comportamentos e atitudes de evitação, de desconfiança, de rejeição ou de ódio, mas, também, pode assumir formas mais dissimuladas de ruptura do vínculo simbólico”. (SCOREL, 1999, p.60).

Vê-se que as ações da população e a atuação estatal estão imbricadas e uma reflete a outra. Nesse caminho, a criminalização de comportamentos e a repressão acabam justificando-se na busca por higienização e segregação social<sup>6</sup>.

Escândalo que se traduz no enternecido sentimento das condições deploráveis e desumanas em que vivem ou na irritada propensão a considerá-los deploráveis e desumanos por condição. Respeito que, sobre o pressuposto das condições deploráveis desumanas, ainda assim hesita, em nome desses mesmos direitos humanos, em retirá-los da rua abruptamente, confinando-os de modo arbitrário; ou que se deteriora no medo (forma perversa e invertida do respeito), fundamento de um ódio que não hesita, em nome da preservação do espaço social regulado pelo humano direito de ir e vir, em retirá-lo da rua a qualquer preço, mesmo que este preço seja a

---

<sup>4</sup>“A sociologia convencional tem preferido esquivar-se desses problemas refugando a discussão sobre o processo de subjetivação à psicologia, à psicanálise, à filosofia e aos chamados *cultural studies*, e defendendo no plano micro a autonomia constitutiva da interação social, através dos conceitos clássicos de *self*, identidade social, ator social, papéis e *status* sociais. Para ligar esse plano de categorias interacionistas ao plano da estrutura, das instituições, das práticas e da ação coletiva recorre por vezes à noção de agência”. (MISSE, 2010, 16).

<sup>5</sup> Conceito cunhado por Simmel (1987), que mostra como o indivíduo passa a renunciar a todo estímulo da metrópole, e nada lhe toca ou nada lhe chama atenção, perdendo-se assim a emoção e o espírito subjetivo.

<sup>6</sup> Essa política higienista que removia os *cracudos* dos olhos da cidade ocorreu com o nome de “Internação Compulsória e que será melhor abordado em escritos posteriores.



radical arbitrariedade do homicídio e do extermínio. (SILVA & MILITO, 1995, p. 95).

Frente a essa análise, retornamos a frase que abre o título desse tópico e vemos que ela atua como um exemplo “cânone” das posturas sociais encontradas em muros, esquinas, nas ruas, nos *outdoors*, nas páginas de jornais e chamadas de tv. O alarde para um território dominado pelo medo e insegurança devido a presença desses “ninguéns<sup>7</sup> ameaçadores” ocorrem porque são eles que “perturbam ficções de identidade, sistema e ordem; porque não respeitam fronteiras, posições e regras; em suma, porque são ambíguos”. (RUI, 2012a, p. 10) É exatamente nessa ambiguidade que reside o que de mais paradoxo a existência desses “quase humanos” trouxeram.

A própria expressão “ninguém ameaçador” carrega uma síndrome paradoxal. Adentram um corpo ambíguo no qual são ninguéns no sentido de significação e importância social, mas fazem parte de uma visibilidade nada discreta, que expurgam suas feridas e seus fétidos frutos em dias claros e noites escuras, sempre a olho nu. São ninguéns sem importância, mas que ocupam alto grau de preocupação e figuram no imaginário, intermitentemente, ao se andar pela cidade.

Todo esse movimento repercutiu e se enlaçou com a trajetória de pesquisa que estava formando. Os sinais nas ruas, nas chamadas de jornal e de tv, os comentários de amigos me conduziam para a emergência social de complexificá-las o que já estava sendo por demais naturalizado. A afirmação de que o crack tem ação letal e vicia na primeira experiência, como a que esses “zumbis” habitam suas *cracolândias* perdem o

---

<sup>7</sup> Utilizo o conceito de ninguém, como referência alusiva a poesia de Galeano ao descrever, poeticamente, o agro lugar que esses ninguéns encontram na cidade. Eis a poesia completa: “*As pulgas sonham em comprar um cão, e os ninguéns com deixar a pobreza, que em algum dia mágico de sorte chova a boa sorte a cântaros; mas a boa sorte não chova ontem, nem hoje, nem amanhã, nem nunca, nem uma chuvinha cai do céu da boa sorte, por mais que os ninguéns a chamem e mesmo que a mão esquerda coce, ou se levantem com o pé direito, ou comecem o ano mudando de vassoura. Os ninguéns: os filhos de ninguém, os dono de nada. Os ninguéns: os nenhuns, correndo soltos, morrendo a vida, fodidos e mal pagos: Que não são embora sejam. Que não falam idiomas, falam dialetos. Que não praticam religiões, praticam superstições. Que não fazem arte, fazem artesanato. Que não são seres humanos, são recursos humanos. Que não tem cultura, têm folclore. Que não têm cara, têm braços. Que não têm nome, têm número. Que não aparecem na história universal, aparecem nas páginas policiais da imprensa local. Os ninguéns, que custam menos do que a bala que os mata*”.

poder racional ou a capacidade de escolha não podiam ser descartadas por mim e sim problematizadas porque somos “bombardeados pelos relatos de perda da autonomia individual e da sujeição total dos usuários aos tantos ‘poderes’ do crack, deixamos de pensar sobre o que esses usos geram em termos de produção de corpos e de valoração moral” (RUI, 2012a, p. 05).

O uso do crack faz com que *cracudos* percam a voz própria, ocorrendo um processo de morte social decadência moral, no qual os desqualificam para a formação de redes sociais próprias. É nesse sentido que a tese caminha, de questionar essa potencial inaptidão para se formar vínculos associativos de vida, já que compreendo as *cracolândias* como comunidades morais, com suas regras formuladas e **pensadas** por seus moradores, observando “a vida precária como criadora de fronteiras de construções morais no espaço público” (DAS e POOLE, 2004). Parto do princípio que há sim reflexividade entre eles, que rompem com o contrato social hegemônico no qual estão submetidos e dentro dos seus territórios constroem outro contrato próprio deles e para a sociabilidade deles. Vivendo nessa área eles repensam princípios que podem os ordenar e, assim, quero observar e etnografar suas formas de agenciamento de vida, como se constitui a formação no cotidiano de suas redes de solidariedade, a dimensão do outro nas relações<sup>8</sup> e como se dá a opção de diálogo por meio de sua corporalidade, onde apresentam sinais de capacidades reflexivas e comunicativas, como vemos no caso relatado a seguir.

---

<sup>8</sup> O objetivo é ver como o cracudo se relaciona com esse(s) outro(s) e como monta seu repertório de “respostas” para os preconceitos e rótulos que recebe, faço isso inspirada em Becker, que diz que: “a pessoa assim rotulada pode ter uma opinião diferente sobre a questão. Pode não aceitar a regra pela qual está sendo julgada e pode não encarar aqueles que a julgam competentes ou legitimamente autorizados a fazê-lo. Por conseguinte, emerge um segundo significado do termo: aquele que infringe a regra pode pensar que seus juízes são *outsiders*” (BECKER, 2008, p 15)

## Um *cracudo* na Avenida chamada Brasil - antropologizando sinais do corpo

*Eles perdem todos os traços de humanidade. Defecam na frente de todo mundo; fazem sexo em qualquer lugar. E, se você reclama, atacam de forma repulsiva. Escarram em você, abrem suas feridas, vomitam em você*<sup>9</sup>.

Todos os dias somos colocados frente a frente com milhares de estímulos, visuais, linguísticos, gestuais, que por serem tantos, nosso olhar e atitude se tornam blasé a muitos deles, como bem analisou Simmel (1987). Mas, mesmo frente a tantos estímulos, é difícil olhar com neutralidade e ter um comportamento asséptico a certas cenas que se comunicam de forma gritante. Diante de uma situação de comunicação corporal intensa, me defrontei com Simmel, Bourdieu, Le Breton e tantos outros, me confrontei comigo mesma e com o pensamento hegemônico da sociedade. O acontecimento foi na Avenida chamada Brasil, que só pelo nome já carrega o *ethos* da diversidade. A avenida que liga a cidade do Rio de Janeiro de ponta a ponta, que dá nome e fama à teledramaturgia brasileira, que recebe milhares de carros que passam no asfalto cinza e *concreto*, que tem um espaço aberto às pessoas que se “abrigam” nessa via urbana que tudo parece abraçar. Já se tornou habitual ver nas manchetes de jornais os *cracudos* invadirem as estradas da avenida se colocando em frente aos carros em alta velocidade, numa cena que parece conter a total abnegação de seus corpos. O fato de colocarem o corpo em evidência no cotidiano da rua e experienciá-lo a cenas de perigo, para muitos põe em cheque as suas concepções de vida, pois o resguardo do corpo atua como ação simbólica da blindagem e prevenção à vida. É o corpo como vetor de diálogo constante, como assinalado por Bourdieu:

o corpo funciona como um a linguagem pela qual mais se é falado do que propriamente se fala, uma linguagem da natureza, onde se trai o mais escondido e o mais verdadeiro simultaneamente, porque o menos conscientemente controlado e controlável, e que contamina e sobredetermina com suas mensagens percebidas e não percebidas todas as expressões intencionais, a começar pela palavra (BOURDIEU, 1977, p. 01)

---

<sup>9</sup> Epígrafe retirada da fala de um policial sobre o comportamento dos *cracudos* na reportagem da Folha de S. Paulo, 26/06/2009. “Nas ruas do centro de São Paulo, tragada custa R\$1”. Referência da matéria em RUI (2012a)

Muitos filtram suas leituras por momentos episódicos para compor seus julgamentos, entretanto, algumas situações mostram um sentido oposto desse pensamento de que não há uma autopreservação no meio de moradores de rua, que façam ou não uso de drogas. Uma cena ocorrida na Avenida onde tudo acontece, apresentou a união da consciência corporal com questões morais, sociais e afetivas. No horário do *rush*, com trânsito intenso, um dos homens que lá habita fazia as suas necessidades na rua, defecando perto de onde estava seu grupo. O que chamou a atenção era que ao se limpar virou de costas para a avenida e para os carros que estavam a passar, deixando tudo à mostra, se limpando naturalmente. No entanto, era notório que havia uma tensão ali, pois enquanto se limpava olhava incessantemente para o seu grupo tentando se esconder, à medida que se escondia dos companheiros conhecidos se mostrava ainda mais para toda a Avenida Brasil. Esse jogo de representações mostra que o homem tinha a exata noção de que esse era um momento de intimidade, que pertencia ao espaço privado e, também, sabia do poder de comunicação que seu corpo possuía, já que:

Desprovidos de bens materiais, sem casa, absolutamente fora das práticas de consumo, envelhecendo na rua, o corpo é o único suporte que lhes resta e que lhes é irredutível. Nesse sentido, a trajetória do morador de rua é eminentemente corporal: o corpo traz a visibilidade dos processos que marcam a homogeneização política desta categoria e as suas distintas formas de se relacionar com o espaço urbano; é sobre ele que se projetam as contínuas e sucessivas intervenções e manifestações de violência que atualizam cotidianamente as tentativas de exclusão desse segmento; mas é também a partir do corpo que surgem as possibilidades de resistência do morador de rua à exclusão. [...] o corpo atua como uma atividade simultaneamente física, simbólica, política e social, que se constrói na relação com outros corpos e na interface com a dimensão espacial e social das ruas da cidade. (RUI, 2010, p. 804).

O fato de deixar-se completamente visível para toda a estrada e apenas de preservar sua intimidade dos seus conhecidos levanta algumas hipóteses, pois “compreender a comunicação é também compreender a maneira como o sujeito, de corpo inteiro, nela participa” (LE BRETON, 2009, p. 40). Sabendo que a corporalidade dessa categoria (morador de rua e/ou usuário de droga) é, simultaneamente, social e individual, vemos que ele está sempre resistindo, material e simbolicamente, a diversas atitudes, como à sua extinção na cidade. Isso pode se mostrar por meio de um

processo reflexivo<sup>10</sup>, onde ele é o ator que subverte, de forma radical, o sentido homogeneizador do espaço da rua, ao condensar em sua figura a dimensão pública e privada de sua vida.

O entrelaçamento entre público e privado é externalizado por ações no qual o corpo opera como elemento principal, catalisador e propulsor do que eles são, é o corpo como discurso, mas, como todo discurso, está aberto às interpretações subjetivas de quem os lê (e vê). E nessa situação citada é possível dimensionar a reflexão por duas óticas. O fato do homem se preocupar apenas com seu grupo durante o momento de intimidade e se colocar alheio a todos que passavam e o viam, pode representar uma reação consciente, de expurgar e colocar a excreção para fora como ato simbólico do que ele representa para a sociedade e o que a sociedade representa para ele, esse seria um revés da invisibilidade da qual sofrem por aqueles os tolhem do olhar sem discriminação. O fato de mostrar, a sol aberto, o tabu da sujeira, da imundície corpórea, pode agir também como um protesto racional, revelando sentidos argutos para perceber objeção a esses “corpos-espécies”. Ou então pode ser lido como a indiferença natural vinda dele próprio, pois tendo já recebido todo grau de exclusão, passa a ter o mesmo olhar de torpor e abnegação, na qual, a sociedade para ele também é invisível. Seja qualquer uma das hipóteses, é expressa a consciente valoração que dá a sua sociabilidade particular, pois tendo a exata noção de intimidade, do tabu corporal *escolhe* se importar somente com o grupo o qual pertence. Tudo isso se dá apenas na relação com o seu meio e não há espaço para qualquer tipo de vergonha de exposição para quem “não o interessa”.

Essa hipótese dialoga com a tese central de Frangella (2009) de que “no momento mesmo em que parecem inclinados a permanecer reclusos em seus limites de sujeira, de marginalidade e de não posse, acabam por construir uma retórica

---

<sup>10</sup> Em uma interpretação livre, posso comparar, grosso modo, o exemplo dado por meus alunos Policiais Militares que disseram que alguns réus já estão preparados para cursar a faculdade de Direito, pois, na prática, já dominam as leis, códigos, penas, sanções por infrações cometidas. Da mesma forma poderíamos falar desses que são nossos sujeitos de pesquisas. A todo momento estão, eles mesmos, promovendo análises sociológicas acuradas, que nos abrem janelas de pensamento, como visto, também, a partir da experiência de Frangella: “pela condição em que vivem, tornam-se por excelência os contadores de histórias nunca vistas, testemunhas dos crimes na rua, de negociações ilícitas, de aventuras estranhas pelo espaço urbano, sendo também os veículos dessa poluição e potencial instrumento de práticas contraventoras”. (RUI, 2010, p. 802).

pedestre resistente que só pode ser entendida em relação a ideologias políticas e econômicas oficiais de ordenação do espaço”. (RUI, 2010, p. 804). O ato de se limpar publicamente, mostrando suas “impurezas” denota uma metonímia do todo exemplificado por Frangella, pois é através do corpo que eles criam possibilidades de agência. Essa corporeidade deles “reside no avesso daquilo que o imaginário urbano cria e formata” (RUI, 2010, p. 804), porque realçar e colocar com *limpidez* seu atributo corporal mais destacável – a sujeira – faz com que ignore o que é motivador de vergonha e isolamento para transformar em símbolo de proteção.

A simbólica corporal traduz a especificidade da relação com o mundo de certo grupo num vínculo singular e impalpável, mas eminentemente coagente [...] O indivíduo habita seu corpo em consonância com as orientações sociais e culturais que se impõem, mas ele as remaneja de acordo com seu temperamento e histórias pessoais. (LE BRETON, 2009, p.41).

Le Breton (2009) constrói um plexo entre corpo, natureza e cultura articulando-os com questões que vão do orgânico ao simbólico, da razão a emoção. A partir de sua obra podemos alargar os pensamentos acerca dessa ilustração, que representa tantas outras, na qual se reconhece o corpo como carne no mundo capaz de se transformar constantemente, mostrando a elasticidade corpórea e sua simbiose com o meio social. Como apontado no exemplo acima, o corpo produz conhecimento através de suas experiências sensíveis, dando pistas abertas sobre quem é ao se relacionar com quem está a sua volta, visto que “existe uma inteligência do corpo da mesma forma que existe uma corporeidade do pensamento; entretanto, isso apenas demonstra a existência de um sujeito, o qual pertence a sua carne da mesma forma que essa lhe pertence numa relação ambígua que é a própria relação humana” (LE BRETON, 2009, p. 44).

Ao seguir a trilha desse autor, vemos uma linha teórica que enfatiza o papel do outro na relação do ser humano com o mundo, mostrando que um só se constrói na perspectiva do outro, pois a construção e metamorfose corporal estão imbricadas na social e cultural, “o outro é condição do simbolismo que o configura e do qual ele se serve para comunicar-se com os outros”.

Os inúmeros movimentos corporais empregados nas interações enraízam-se na afetividade individual. Da mesma forma que a pronúncia de uma palavra ou o silêncio numa conversa, eles nunca são neutros ou indiferentes, manifestando

uma atitude moral em relação ao mundo e oferecendo ao discurso ou ao encontro uma corporeidade que lhes acrescenta ulteriores significações. (LE BRETON, 2009, p. 39).

Para abalizar a importância do papel do outro nas relações, Le Breton usa o caso dos meninos selvagens, em que um deles é retratado no filme “Garoto Selvagem”. O exemplo dos meninos selvagens, criados apartados de qualquer civilização é um modelo, por excelência, da capacidade de elasticidade do corpo, até que ponto ele pode ser desenhado pelo outro. No filme, um menino, ainda criança, é encontrado numa floresta da França e levado para se socializar numa instituição para surdos e mudos, já que não falava e, aparentemente, não respondia aos sons altamente perceptíveis. Observando seu andamento, um pedagogo solicita levar o menino para a sua casa para ali fazer pesquisas e tentar socializá-lo. No relato do pedagogo, as emoções do menino não parecem afetadas mesmo tendo sido abandonado, pois ninguém o viu chorar na instituição. Ele só demonstrava satisfação nos passeios do parque, pois ali estava a alegria de voltar ao conhecido, ao que lhe dava estabilidade, um retorno às raízes de onde seu corpo fora completamente moldado. Já não podia mais viver distante da vida que se adaptou, era movido por uma memória afetiva de plena liberdade.

O método utilizado pelo professor era transformar o prazer em forma de obrigação, assim o menino recebia a recompensa do prazer após realizar os exercícios. E nesse ponto o “garoto selvagem” nos mostra como a relação linguagem e prazer é filigranar, pois ele não se comunicava quando pretendia ou tinha o desejo de fazer algo, só conseguia estabelecer comunicação após o prazer, falava, apenas, com o desejo alcançado. Como o caso do leite, no qual ele conseguia falar a palavra *lait* depois que recebia o copo cheio, a linguagem operava como agradecimento pelo prazer dado. Tal comportamento leva o professor a pensar que a obediência ocorre somente por medo ou pela recompensa e não por compreender a ordem moral. Para ele, ainda não havia sido possível ensiná-lo o sentido de justiça, assim, decide fazer um teste, punindo-o quando ele acerta um exercício e vê que prontamente ele se revolta, mostrando um sentido de justiça humana *sui generis*, remetendo assim para o sentido ontológico que esse significado assume.



Essa digressão com o filme foi feita para refletir que há questões inatas que irão se mostrar frente aos acontecimentos. A partir dessas duas cenas assistidas – a da Avenida Brasil e a do “garoto selvagem” – podemos inferir o poder de transformação do corpo e do comportamento, o sentido de justo e injusto que parece ser, no humano, colocado nos momentos propícios, sendo esse ensinado, ou não, sobre a ordem justa e moral das coisas. Ainda que se encontrem em pólos distintos, o exemplo do menino selvagem pode se articular com a atitude do *cracudo*, no sentido de atribuírem suas questões morais através da corporeidade. No caso contemporâneo, observa-se o valor e domínio do corpo do homem, ao se esconder dos membros de sua comunidade e mostrar-se em plena Avenida Brasil, assim como a relação dele com seu próprio corpo e com o que é constituído como tabu. Segundo Le Breton, eles estão “inseridos numa interação, [onde] os locutores acordam sobre uma trama de regras. Uma gramática dos comportamentos indica os atores à maneira conveniente de situar-se frente ao outro” (LE BRETON, 2009, p. 53), mas ao dialogar com Maurice Merleau-Ponty, “pode-se dizer que, no homem, tudo é ao mesmo tempo fabricado e natural.” (MERLEAU-PONTY, 1945 *apud* LE BRETON, 2009, p. 5). Nessa teia entre o fabricado e o natural vemos uma moral própria do humano que se molda àquele que a expressa, o que se encaixa com o “paradoxo do ator” de Le Breton, cujo ator é o criador das significações que ordenam a sua existência, assim como aquilo que deseja expressar para a platéia.

O laboratório das paixões ordinárias, ou seja, o palco teatral é um espaço que revela a contingência social, no qual o conteúdo representado é reconhecido pela platéia. Considerado como um profissional da duplicidade, o ator altera seus sentimentos pessoais e constrói emoções adequadas ao que cada cena lhe exige. Inventor de emoções e de identidades provisórias, o corpo do ator configura-se como uma narrativa que sofre nuances, articulando o orgânico com o simbólico e problematizando os esquemas inatos. (MENDES e PORPINO, 2011, p. 544)

Voltando a problemática da corporalidade para a questão contemporânea da população de rua e dos usuários de droga, a crítica vai ao encontro de visões que voltam seu foco, apenas, para resoluções pessoais que tendem a reduzir um debate complexo. O perigo de tais concepções é considerar o uso de soluções extremas, das quais ignoram o poder reflexivo deles, já que, ao mesmo tempo em que se encontram

num estado de vulnerabilidade, pode-se acrescentar um estigma, que é o da droga. Entretanto, a despeito da mudança de comportamento na vida social, de uma nova sociabilidade, da *maculação* do caráter ou até mesmo da alma, a hipótese é de que os chamados *cracudos* e aqueles que vivem na rua, não só racionalizam sobre a sua própria condição, como também fazem planos, sonham e vivem o mundo no mesmo plano de expectativas que os “cidadãos comuns” e essas são abertamente sinalizados a partir de suas práticas corporais.

Tais territórios, não podem ser definidos somente por cenas emolduradas, há muito mais além de um quadro de pessoas com olhos vermelhos, olhar perdido, corpo franzino, cachimbo na mão, roupas velhas e pés descalços. Essas cenas mostram que, da cabeça aos pés, eles estão marcados por uma diferenciação, por uma condição de subalternidade social. A imagem, ao contrário do que se mostra, não é estática, mostra nuances, que nos move a uma reflexão acerca dos motivos que os levou a essa fotografia em preto e branco; da posição em relação ao mundo social; sobre quais categorias sociológicas podemos analisá-lo e quais engrenagens políticas que se articulam. Afinal, uma figura encena uma multiplicidade de indagações, que não podem cessar em simples suposições ou juízos de valor. Numa perspectiva de voltar num processo cultural, histórico e político, não podemos incorrer no equívoco de diminuir algumas trajetórias pessoais e situações isoladas a uma conjuntura descontextualizada que por vezes retira do outro o que o faz e o torna sujeito do mundo e absolve, levianamente, o tornando alienado de suas ações.

### **3. Sobre territórios e corpos**

#### **Crack, cracolândia e cracudos**

#### ***O crack*<sup>11</sup>**

Antes de chegar às terras brasileiras, o crack era consumido apenas pela população negra, latina e decadentes das metrópoles dos Estados Unidos, como Nova

---

<sup>11</sup>O nome crack se deve ao barulho provocado pela “queima” da pedra durante o seu uso.

York, Miami e Los Angeles. A droga era feita com o refugo da cocaína e, de tão potente, os traficantes acabavam perdendo a clientela, pois viciava rapidamente, o que causava um grande número de morte dos consumidores. O efeito é mais intenso que o da cocaína porque a presença da substância ativa excitante é muito maior que o da droga inalável. Como estratégia de venda, acrescentaram outras substâncias, passando não mais a ser somente a sobra da cocaína, passando a ser obtido a partir da mistura da pasta base de coca concentrada com bicarbonato de sódio. O cloridrato de cocaína era dissolvido em água, adicionava-se bicarbonato de sódio, aquecia-se a mistura que, ao secar, adquiria a forma de pedras duras e fumáveis. Essas pedras continham não somente alcalóides de cocaína, mas também bicarbonato de sódio e todos os outros ingredientes que haviam sido adicionados anteriormente ao pó. Então, o crack pode ser obtido de duas formas, pelo cloridrato, onde sua confecção é caseira e de pequena escala, e a partir da pasta-base, onde sua confecção é mais industrializada.

O crack logo se tornou muito popular, embora seu uso não se tornasse tão comum quanto o do pó, o cloridrato de cocaína. Porém, devido ao fato que fumar é uma forma mais eficiente de levar uma droga ao cérebro, a diminuição da quantidade de cocaína necessária para produzir um efeito forte possibilitou uma redução considerável no preço, tornando assim acessível às camadas mais pobres o uso do que até então era considerado “o champanhe das drogas”. (DOMANICO, 2006, p. 15).

Essa popularidade do crack se dá devido a uma série de fatores. Houve uma linha lógica que trouxe o crack para a centralidade da problemática norte-americana. A cocaína em pó mostrava-se muito custosa, os insumos químicos, como éter e acetona, necessários para a transformação da pasta base em cocaína, não estavam prontamente disponíveis devido ao controle governamental exercido sobre a sua comercialização. Frente a esse custo, os traficantes tinham um déficit financeiro e, por isso, passaram a produzir uma forma menos pura e com mais “poder de venda”. A venda e o consumo do crack começam a crescer vertiginosamente e esse crescimento tem a sua relação com o “resultado da política proibicionista antidrogas, uma vez que a ausência dos componentes químicos “obrigou” os comerciantes de drogas a recuperar o uso de cocaína fumada”. (DOMANICO, 2006, p. 15). Apesar da política antidroga, o crack chegava como uma inovação e, por isso, com essa força entre traficantes e

usuários. Para os que comercializavam porque era uma forma de se comercializar a cocaína, que era cara e de prestígio, em menor quantidade e bem mais barata, assim o alcance e a quantidade da “cocaína fumada” conseguiam ser muito maiores. Ainda se abriu um “mercado informal” para os jovens negros e latinos, em sua predominância.

Seu sucesso se deveu a vários fatores. Por um lado, havia um grande contingente de jovens desempregados dispostos a trabalhar no novo negócio de preparação caseira do crack e de vendê-lo em sua própria vizinhança. Era uma ocupação mais rentável que qualquer outro emprego disponível a eles, tanto na economia oficial quanto na criminosa. Além disso, essa inovação mercadológica, ao transformar a cocaína em pó em pedras fumáveis, mudava a maneira como a droga era consumida e reforçava de forma dramática a natureza da intoxicação cocaínica, tornando-a breve, mas intensa. Assim, o novo produto logo se tornou um grande sucesso de vendas e fonte de lucro para todos os escalões do tráfico (Reinerman e Levine, 1997 *apud* DOMANICO, 2006, p. 16)

No final da década de 1980, o crack chega ao Brasil, primeiro na cidade de São Paulo. A divulgação da droga se deu com rapidez e ela, logo, se tornou notável no mundo das drogas. Assim como nos Estados Unidos, ela também chega modificando cenários ao criar novos mercados paralelos, assim como no context norte americano, no Brasil foram os setores jovens em situações de margem que garantiram o sucesso do crack. Se potencializa a visão de que usuário do crack vem das camadas desprestigiadas, diferentemente da cocaína.

Uma teoria diz que o crack veio parar no país porque o mercado ficou saturado da cocaína, que possuía um preço elevado, variando entre trinta e cinquenta reais o grama, e tinha pouca saída. Sendo assim tiveram que criar uma nova forma de usar a cocaína (...) As pedras são oito vezes mais potentes que a cocaína. A absorção do crack é feita por via pulmonar e, em quinze segundos, atinge os neurônios (...) Em 2009, do total de pessoas usuárias de drogas, 90% consumiam o crack. Segundo a Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, entre sua população existe aproximadamente 55 mil usuários de crack. (NONNENMACHER, 2013, p. 17-18)

No início da década de noventa, a imprensa se perguntava como o crack não chegava ao Rio de Janeiro, pois a cidade já era famosa pela disputa entre grupos armados de narcotraficantes, diariamente repercutida nos noticiários. Tratava-se de uma *novidade* no mercado das drogas, já que as pedras não eram queimadas e sim

inaladas, além do baixo custo (cerca de R\$3,50 por pedra já nos anos 90). Os sintomas da abstinência da droga são proporcionais ao seu efeito multiplicado, uma vez que o crack tem rápida absorção pelos pulmões em sua forma gasosa, permitida pela forma de fumar: coloca-se cinza de cigarros no local em que será queimado o crack e por cima a “pedra”. Em seguida, esta é acesa, utilizando-se um isqueiro ou fósforos e aspira-se a fumaça. Além das pedras que são derretidas em cachimbos improvisados (latas de alumínio, copos descartáveis), há o zirrê, cigarro em que a pedra esfarelada é misturada a fumo comum ou maconha e enrolada na seda, fumada como um baseado. Os usuários que optam por fumar, dizem que os efeitos são menores por causa da presença da maconha e “isso pode ser importante na medida em que administrar a paranóia parece ser um dos principais problemas dos usuários de crack”. (DOMANICO, 2006, p. 19).

Mais recentemente, se espalha desde a fronteira do estado do Acre até o sul do país o Oxy, versão do crack produzido também a partir de pasta base de coca processada com querosene ou gasolina. O nome “oxy” vem do diferencial das pedras que assumem uma cor ferruginosa, lembrando metal oxidado. Pela sua composição, o crack e o oxy representam um problema diverso em termos de combate à difusão das drogas. Sua fabricação dispensa laboratórios de refino mais sofisticados e também não utiliza o éter (substância controlada e mais facilmente rastreável). Em suma, o crack e o oxy podem ser produzidos em grande escala em qualquer lugar, ampliando o rendimento de uma quantidade de pasta básica de coca para além do que se conseguiria com a cocaína, ainda que o valor da dose seja inferior.

Mesmo com a inicial recusa do tráfico organizado, pois tinha sua base na cocaína e na maconha, no final da década de 90 o crack ganha as ruas. Era a expansão da estratégia do narconegócio que, já então, perdia espaço para as organizações criminosas de milícias que exploravam tv a cabo, extorsão e ágio sobre botijões de gás vendidos nas favelas. Se uma política pública de segurança não conseguira eficazmente conter o tráfico armado, a competição pela exploração dos moradores das favelas o fez. Inicialmente seu uso estava restrito à população de rua (como o era em outros centros urbanos) e à população jovem das favelas. Setores da imprensa que antes estavam intrigados com a ausência de crack no Rio chegaram a ver

com otimismo o fenômeno das milícias e deixaram de perceber que o crack chegara ao Rio para manter o capital de giro do narconegócio. No início, nas favelas da Zona Sul, os traficantes obrigavam que meninos de rua e usuários da comunidade consumissem a droga dentro dos limites da favela. O consumo era intenso, mas não ostensivamente visto. Com o tempo, as *cracolândias* ocuparam espaços liminares sob a mesma capa de invisibilidade da favela, como os arredores de linhas de trens e ruínas de fábricas abandonadas. Pode-se dizer que a atual ausência de uma rede eficaz de atendimento a dependentes químicos é resultante dessa invisibilidade social que foi estratégia de negócio e efeito continuado da naturalização da desigualdade.

### **A *cracolândia***

A apresentação aqui pretendida não é, exclusivamente, sobre uma droga relativamente nova e seus usuários, mas sobre como a presença desta droga altera o ambiente em que jovens e adultos – usuários ou não – vivem em situação de rua. Por isso, olhar para o território onde essas práticas se desenham é parte essencial. O território escolhido para o uso diz muito da própria relação com os agentes políticos e atores externos. Esse local, nominado como *cracolândia* ganha referência inicial na cidade de São Paulo desde o início dos anos de 1990, sendo bastante visível nas ruas da região da Luz. No Rio de Janeiro o consumo se espalhou de modo mais tardio e de modo um pouco diferente, pois a *cracolândia* se formou de maneiras muito plurais na cidade, assim como de modo itinerante em alguns bairros.

Nesses lugares, as regiões com maiores e mais permanentes concentrações de usuários, cujas rotinas tendem a se cristalizar e a se consolidar embaladas em sua própria permanência no tempo e no espaço, são em geral rapidamente identificadas como *cracolândias* (agora no plural) pelos moradores das favelas, pelos próprios membros do tráfico, pela polícia, por assistentes sociais e psicólogos – que levam suas ações às *cracolândias*. Nos bairros ditos formais, em particular Glória e São Cristóvão, observam-se concentrações itinerantes de usuários, sem que, no entanto, sejam consideradas *cracolândias* pelos atores sociais envolvidos em ou interpelados por essas territorialidades. Em suma, as *cracolândias* cariocas são registradas no plural, e elas tendem a remeter aos espaços no interior ou ao redor de favelas. De um modo geral, são dinâmicas espaciais distintas do caso paulistano, em que tal densidade e visibilidade se

reproduzem na região central (com uma nomeação geralmente no singular), mesmo que outros espaços venham aos poucos se tornando locais de uso regular do crack, sem que se configure necessariamente a mesma paisagem. (JUNIOR & CAVALCANTI, 2013, p. 73)

Tal itinerância - que a diferencia em alguns termos na *cracolândia* de São Paulo – verificada no Rio, produz tensões que estão relacionadas, em primeira escala, com as intervenções municipais, estaduais e federais, principalmente ligada aos projetos da UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), as obras urbanísticas do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). No caso da implementação das UPPs, por exemplo, temos o caso do Complexo do Alemão, que tinha grande parcela dos usuários de crack que foi expulsa com a ocupação militar em novembro de 2010. A entrada do policiamento naquela área operou uma migração para outras favelas (que já eram locais reconhecidos como detentores de *cracolândia*), nesse caso Jacarezinho, Mangueiras e Maré. Assim:

As *cracolândias* cariocas são também fenômenos que se mantêm além da cidade dita “pacificada”. Trata-se de fluxos consideráveis de usuários (estimados em centenas nos finais de semanas) que, expulsos de regiões em que se inicia o processo de “pacificação”, refazem suas rotinas e retomam os esforços territorializantes associados à prática constante do uso da droga em novos espaços. A própria itinerância dessas territorialidades acaba por produzir naqueles que antes se encontravam nesses locais (como moradores, comerciantes etc.) a sensação de que as *cracolândias* brotam rápida e espontaneamente em espaços intersticiais, quando o que se observa, no caso carioca, são deslocamentos de práticas, agentes, rotinas e sociabilidades ancoradas no uso do crack, para além das regiões em que vigora a política de “pacificação”. (JUNIOR & CAVALCANTI, 2013, p. 74)

E assim se molda esse lugar pulsante, recebedor dos “desgraçados” da cidade que demarca uma série de tipos de interação. Como nos sinaliza Rui (2012) “diversas situações acontecem num espaço curto de tempo. Vários tipos de associações e interações marcam o cotidiano dos usuários de *crack*: negociações ora hostis, ora amigáveis com os comerciantes locais; grande assédio de instituições assistenciais e de saúde; tensa convivência com os agentes de segurança (Polícias Civil e Militar, Guarda Metropolitana e seguranças privados)”.

Assim, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, a ideia de *cracolândia* implica o estabelecimento de uma série de relações com diferentes agentes (tanto do Estado – polícia, assistentes sociais e assim por diante – quanto da



dita sociedade civil – ONGs, redes de pesquisadores em saúde pública, psicologia social e ciências humanas). Ou seja, as *cracolândias* não são meramente sinônimos de locais em que se vende e consome crack; elas se produzem justamente em seu reconhecimento como territorialidades específicas por diferentes atores, que a elas dirigem uma série de práticas – repressivas ou de assistência (ou até uma combinação de ambas) – ou então táticas cotidianas para lidar com elas, no caso do tráfico de drogas ou dos moradores mais antigos de regiões em que as *cracolândias* se instalam. (JUNIOR E CAVALCANTI, 2013, p. 73)

Nesse sentido múltiplice, receptor e produtor de relações, as *cracolândias* podem ser analisadas em paralelo com a análise de Wacquant (2003) sobre o gueto americano. Ainda que os dois possuam características e histórico distintos, conservam semelhanças em seu plano teórico. Os principais pontos nodais de costura entre ambos ocorrem a partir da visão de Nobeit Elias sobre a *descivilização e demonização* dos territórios. A descivilização se dá no sentido sociorrelacional, é causado por desajustes espaciais, como a desintegração do espaço público e o esgarçamento dos laços sociais no núcleo urbano. Tal processo sociorrelacional emergiu para o nível simbólico da demonização. “Descivilização e demonização servem para legitimar políticas públicas de abandono urbano e contenção penal, responsáveis pela situação de risco do Cinturão Negro no fim do século passado”. (WACQUANT, 2003, p. 11).

Wacquant afirma que o gueto americano é marcado por uma despacificação do cotidiano, evidenciada em taxas excessivas de violência pessoal; uma desdiferenciação social que conduz à desertificação organizacional e por uma informalização da economia. Cada uma dessas forças internas resultou no colapso das instituições públicas e na substituição gradual da rede de assistência do Estado de bem-estar social pela “rede de arrasto” da polícia, dos tribunais e das prisões.

A análise versa sobre um território segmentado, de moradia somente de negros, que tem em seu bojo outra natureza, mas que em suas consequências visíveis podem ser vistos características “irmãs” às *cracolândias* do Rio de Janeiro. O fato dos usuários de crack migrarem com a chegada do agente pacificador do Estado para um local despacificado – para usar o conceito de Wacquant – demonstra esse processo sociorrelacional e simbólico das relações. Quando saem do “local de paz” carregam o suas práticas e valores esgarçados e desintegrados gerando a demonização vista

sempre presente na fala da vizinhança do entorno, legitimadoras de políticas punitivas, assim como no caso dos negros do gueto.

É importante frisar que a política de abandon não tem relação com o abandon do Estado, ou seja, a ausência dele. Não há ausência de Estado nas *cracolândias*, há sim uma existência parca, porém não inaudita. Por isso, uma das questões a serem destrinchadas é a discussão de uma presença do Estado, que está lá, nunca deixou de estar, mas se coloca e desdobra de maneira particular, marcada pelas atitudes de excessão da violência simbólica e material<sup>12</sup>.

A “cracolândia” não é um local com ausência de Estado. Ao contrário, ele está ali. Por vezes, em demasia. Reprimindo e ajudando. Punindo e encaminhando. Deixando morrer e fazendo viver (FOUCAULT, 1999, 2005). Portanto, a questão menos interessante de ser colocada é: “por que o Estado não está lá?” Ele está. Não há como refutar isso. Mais relevante é saber “como ele está lá”, o que só um olhar mais próximo é capaz de responder. (RUI, 2012, p. 337)

Nesse movimento, mostra-se um cruzamento entre as condições objetivas de fundação de uma *cracolândia* com a ação de Estado recebida por ela. Tanto no Rio quanto em São Paulo, elas se formam em meio a escombros de grandes obras de projetos públicos urbanísticos. Da mesma forma que a “instalação” da *cracolândia* deu novos contornos e significâncias, esses mesmos projetos querem ressignificar, num sentido de recuperação, o território que antes era permeado pela degradação e perigo para uma pacificação, com novos sentidos simbólicos, que dão a equivocada sensação de que o território foi “retomado” pelo Estado. Ainda que com atos ostensivos para os atores internos e quase invisíveis para os externos (aqueles que julgam as *cracolândias* como lugares a ermo, jogados à traças, que o Estado “se esqueceu”), a essência do verbo retomar está nas novas associações que essa presença visível terá, agora como regiões permeáveis e de alcance para as forças de mercado.

No caminhar desse processo retornamos as micro relações que se formam frente a essa desertificação e todas suas consequências, expostas por Wacquant (2003), Foucault (1999) e outros. Um retorno a essas complexas relações estabelecidas entre atores, agentes e Estado é basilar para entender a constituição e o núcleo do que

---

<sup>12</sup> Toda a discussão sobre a relação do Estado num território à margem será debatida, com mais profundidade, mais pra frente.

compõe a *cracolândia*, pois embora sejam despacificadas, “demonizadas”, desertificadas, estigmatizadas, elas não são um mundo isolado. E o que está no transcurso de sua definição são as interações, conexões e os arranjos com outros sujeitos, dialogando com diversos contextos. Dessa forma, “trata-se também de compreender dinâmicas que produzem tanto ‘territorialidade’ quanto ‘itinerância’. E tal caráter móvel pode levar à necessidade da análise das disputas entre as distintas (e com frequência conflitivas) territorialidades que se configuram nos espaços urbanos em que as próprias *cracolândias* tendem a se instalar”. (JUNIOR E CAVALCANTI, 2013, p. 75)

### **Perigosos x Criminosos**

As representações sociais formadas sobre a imagem do *cracudo* são múltiplas. Como já previamente exposto, são os que não pensam, não refletem, e só agem sob o efeito da droga para *atacar* os que se aproximam, são, dessa forma, “fornecedores” de perigo. Retornando à análise precedente sobre o fato de se referir ao *cracudo* como aquele que ataca, e não aquele que rouba, nos diz muito sobre que tipo de sujeição que ele está inclinado. Apesar dele poder roubar o outro para fazer o uso da droga, não lhe é atribuído o *status* de bandido, o crime não o representa, não é ele que desempenha o seu papel. Se moldam outras categorias sobre ele, na qual ser perigoso não é o mesmo que ser criminoso. Há pontos que os distanciam, mas também que os aproximam. Ainda que o crime não esteja totalmente ligado com a prática do *cracudo*, a sua “não sujeição” às regras da sociedade desvenda o clamor pelas mesmas ações eliminatórias para os bandidos. Na análise de Misse (2010, p.17), o bandido é “o sujeito criminal que é produzido pela moralidade pública e das leis penais. Não é qualquer sujeito incriminado, mas um sujeito por assim dizer “especial”, aquele cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados”.

Ele é agente de práticas criminais para as quais são atribuídos os sentimentos morais mais repulsivos, o sujeito ao qual se reserva a reação moral mais forte e, por conseguinte, a punição mais dura: seja o desejo de sua definitiva incapacitação pela morte física, seja o ideal de sua reconversão à moral e à

sociedade que o acusa. O eufemismo de “ressocialização” ou de “reinserção social” acusa, aqui, por denotá-la, a “autonomia” desse “sujeito”.

Numa perspectiva pós-estruturalista e interacionista, Misse constata que existem tipos sociais que demarcam o agente, o acusado, visto pela cor de pele, estilo de vida, local de moradia, nível de pobreza. Os crimes cometidos por esses são diferenciados porque são feitos **por eles**. Tendo todos esses aspectos, “seus crimes os diferenciam de todos os outros autores de crime, não são apenas criminosos; são ‘marginais’, ‘violentos’, ‘bandidos’”. (MISSE, 2010, p.18). Dentro desses arquétipos, o sujeito criminal de hoje se mostra na figura do bandido, mas no início do século XIX era o malandro, e na década de 1960 era o vagabundo. As configurações de rótulo (BECKER, 2008) e estigma (GOFFMAN, 1988) foram se transformando, mas a marcação principal de diferenciação não era apenas o ato do crime, mas a sujeição, uma predisposição, pelos seus “predicados”, a fazê-lo.

A sujeição criminal também se “territorializa”, ganha contornos espaciais e amplifica-se nos sujeitos locais e mesmo nas crianças e adolescentes cuja sujeição é esperada. Como tal, não pode ser compreendida exclusivamente apenas no plano da interação contextual e do desempenho de papéis sociais, pois se mostra ancorada num plano macro de acumulação social da violência em tipos sociais constituídos e representados por sujeitos criminais produzidos em contextos sócio-históricos determinados. Trata-se de um sujeito que “carrega” o crime em sua própria alma; não é alguém que comete crimes, mas que sempre cometerá crimes, um bandido, um sujeito perigoso, um sujeito irreversível, alguém que se pode desejar naturalmente que morra, que pode ser morto, que seja matável. No limite da sujeição criminal, o sujeito criminoso é aquele que pode ser morto (MISSE, p.20, 21).

De modo análogo, podemos analisar o caso do *cracudo*, como um “usuário problema”, que se diferencia de outros tipos, como um usuário recreativo, por exemplo. As mudanças frente a formação de uma visão padronal para esses drogados estigmatizados, pode-se também perceber pela presença do maconheiro como esse usuário transgressor em evidência, na década de 1980, o chinchero em 1990, e o *cracudo* hoje. O que o diferencia é ser um drogado que traz problemas à sociedade, pois, segundo Misse, a pessoa pode ser bandido e não ter uma sujeição criminal, assim como pode ser usuário e não ser um “drogado problema”. “A acusação social que constrói o criminoso (e que coincide com o início do processo de incriminação) é

sempre resultante de uma interpretação contextualizada, entre agentes, de cursos de ação cujo significado 'normal' ou 'desviante' se produz nesse mesmo processo e não antes dele". (MISSE, 2010, p.22).

O conceito de "sujeição criminal" é proposto com a finalidade de determinar três dimensões incorporadas na representação social do "bandido" e de seus tipos sociais. A primeira dimensão é a que seleciona um agente a partir de sua trajetória crimínável, diferenciando-o dos demais agentessociais, através de expectativas de que haverá, em algum momento, demanda de sua incriminação. A segunda dimensão é a que espera que esse agente tenha uma "experiência social" específica, obtida em suas relações com outros bandidos e/ou com a experiência penitenciária. A terceira dimensão diz respeito à sua subjetividade e a uma dupla expectativa a respeito de sua autoidentidade: a crença de que o agente não poderá justificar sensatamente seu curso de ação ou, ao contrário, a crença em uma justificação que se espera que esse agente dê (ou que possa ser dada legitimamente a ele) para explicar por que segue reiteradamente nesse curso de ação crimínável. Práticas criminais são todas as práticas crimínáveis, isto é, que têm chance objetiva, numa dada sociedade e dada uma determinada "definição da situação", de serem crimínadas e cujo agente sabe ter chance objetiva de ser submetido a um processo de incriminação. (MISSE, 2010, p.24).

A dependência o distingue dos demais, pois comete seus "atos perigosos" não por uma natureza má, como se fala do bandido, são pessoas que agem assim por conta do uso desmedido droga. Mas ainda que se dê pesos diferenciados às motivações dos atos reprováveis, o fato de serem perigosos por serem dependentes e não eminentemente maus, não os dão uma dignidade pessoal, continuam sendo marcados como aqueles que trazem problemas e que necessitam, de alguma forma, serem eliminados, pois a "periculosidade" e a "irrecuperabilidade" participam de processos de subjetivação que conduzem, no limite, à justificação do extermínio". (MISSE, 2010, p. 25).

Embora seja reconhecido que a definição de uma ação como desviante (divergente, problemática, desnormalizada ou que nome se lhe queira dar) depende de um julgamento baseado numa *certa ideia de normalidade*, e que as ideias sobre normalidade são lúbeis e *produzidas contextualmente entre os agentes envolvidos*, são poucos os que reconhecem que nesse caso uma pauta relativamente fixa de significados de normalidade é apenas culturalmente referencial, e as definições decada situação um processo social que ganha relativa autonomia em relação a essa pauta. Nesse caso, *incluir um agente* em algum item de uma pauta legal reconhecida, como por exemplo o Código Penal, que é o que estamos chamando aqui de "incriminação", não é uma ação simples e direta de encaixamento, mas um complexo processo de interpretação

baseado também em *poderes* de definição da situação. Todo esse processo é reconhecidamente uma construção social. (MISSE, 2010, p.23).

No entanto, o *cracudo* se enquadra não somente no campo dos usuários, ele não é somente um usuário de crack, é também um morador de rua. Ele transgride suas condições dentro dos próprios limites do drogado e, ainda, deslegitima a piedade ao mendigo personalístico, mexendo com duas esferas estigmatizantes, pois a falta de um dos estigmas já o requalifica. Em Misse (2010), para ser considerado bandido, não basta cometer um crime ou delito, já que muitos criminosos, como os chamados de “colarinho branco”, não são taxados como bandido. Há uma significação própria para o fato de ser bandido, que vem das suas condições de vida, cor de pele, etc, evidências que apresentam a total propensão (ou vocação) para essa “qualidade”. Como se segue o mesmo sentido para considerar um sujeito como *cracudo* e não apenas como usuário de crack, pois com o que se entrega ao uso e mora na rua, assim como naquele que tem a sujeição criminal, encontramos esses “mesmos processos, mas potencializados por um ambiente de profunda desigualdade social, forte privação relativa de recursos de resistência (ou ocultação social) à estigmatização e pela dominação (mais que apenas pelo predomínio) da identidade degradada sobre todos os demais papéis sociais do indivíduo”. (MISSE, 2010, p. 23).

Vemos isso na comoção pública causada no caso do “mendigato”<sup>13</sup>, como assim foi apelidado. Em outubro de 2010, uma foto de um ex-modelo, de olhos claros e boa aparência, nas ruas, vestido como um mendigo, chocou o Brasil inteiro. Rapidamente sua foto foi compartilhada 40 mil vezes nas redes sociais. O impacto foi como um rapaz de tamanha beleza poderia estar nas ruas. Todos os meios de comunicação, inclusive internacionalmente<sup>14</sup>, correram logo para descobrir a história e origem do rapaz, e o comentário era geral e incessante, e essa repercussão descomunal se deu já que aquele não era um personagem sem uma “sujeição criminal” ou aspectos que naturalizem a ida pras ruas. Se trata com normalidade o pobre ter uma carreira moral de um potencial

---

<sup>13</sup> A tamanha ressonância do personagem fez com que fosse criado até uma página no facebook com tiras sarcásticas com o fato de ser um mendigo bonito: <https://www.facebook.com/Mendigato>

<sup>14</sup> Reportagem do site G1 sobre matéria do jornal britânico Daily Mail citando caso do mendigo gato: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2012/10/jornal-britanico-repercute-caso-do-mendigo-gato-de-curitiba.html>

criminoso ou de uma vida depravável ou depravada nas ruas. Os olhos estão cauterizados para essa realidade, mas quando um dos estigmas produtores é retirado, é colocado de forma nítida os discrepantes rótulos diferenciadores, essas acumulações de desvantagens e demarcatórios de identidade. O caso do “mendigato” continuou a ser tratado de maneira estreônica, como um episódio fora da normalidade, mas não foram aos questionamentos basilares do *porquê* desse tamanho baque social frente a um rapaz que não respondia aos elementos que o fazem inclinados a ser um *cracudo*. Mostrar a disparidade entre se ter um mendigo/*cracudo* sem as expressões que representam essa camada só alarga a dimensão e profundidade do estereótipo fundante, que é reificado de tal modo que “restam poucos espaços para negociar, manipular ou abandonar a identidade pública estigmatizada (...) engloba processos de rotulação, estigmatização e tipificação numa única identidade social (...) e não como um caso particular de desvio”. (MISSE, 2010, p. 23).

**Abstract:** This article aims to present the scenario of homeless people and crack users in the city of Rio de Janeiro - the so-called "cracudos" - identifying them in an extreme poverty and social relegation process. From sociological concepts opens up lanes anthropological analyzes, as a pre-test field in which they are evaluated the formation of a particular sociability of crack users who live in the city streets. In this way, it is presented a small territorial formation of drug use, calls “cracolândias”, their relationship with the street and their own scales of exclusion as well as the list of users in their own community and the residents of the formal city.

**Key-words:** Cracudo. Crack.Cracolândia



## Referências

- BECKER, Howard. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008
- BOURDIEU, Pierre. “Remarques Provisoires sur la Perception Sociale Du Corps”. *Actes de Le Recherche em Scienses Sociales*, nº14, abril, 1977.
- DOMANICO, Andrea. “*Craqueiros e Cracados: bem vindo ao mundo dos noias*”: Estudo sobre a implementação de estratégias de redução de danos para usuários de crack nos cinco projetos-piloto do Brasil. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.
- ELIAS, N. O processo civilizador: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v I.
- ESCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. In Cadernos da Campo – revista dos alunos de pós-graduação em antropologia social da USP, nº13, 155-161, 2005.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- FRANGELLA, Simone M. *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da Identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.
- JUNIOR, Heitor Frúgoli e CAVANCANTI, Mariana. “Territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro”. *Anuário Antropológico*, v. II, 73-97, 2013.
- LE BRETON, David. *As paixões ordinárias: antropologia das emoções*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MENDES & PORPINO, Maria Isabel & Karenine. “Resenha da obra As paixões ordinárias”. *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Florianópolis, v. 33, nº. 2, 2011.
- MISSE, Michel. “Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos sobre uma contribuição analítica sobre a categoria de bandido”. *Revista Lua Nova*. São Paulo, 79: 15-38, 2010.

- NONNENMACHER, Ana Paula. *Meninos do crack*. São Paulo: Novo Século, 2013.
- RIZZINI, Irene. *Crianças e Adolescentes com direitos violados. Situação de rua e indicadores de vulnerabilidade no Brasil urbano*. Rio de Janeiro: CIESPI e Puc- Rio, 2010.
- RUI, Taniele. “Resenha do livro *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo*”. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 53, nº 2, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Corpos abjetos: etnografia em cenário de uso e comércio de crack*. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Unicamp. Campinas, 2012a.
- \_\_\_\_\_. “Vigiar e cuidar: notas sobre a atuação estatal na ‘cracolândia’”. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo v. 6, n. 2, 336-351 Ago/Set 2012b.
- SILVA, Hélio & MILITO, Claudia. *Vozes do meio fio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- SIMMEL. George. “A Metrópole e a Vida Mental”. In: VELHO, Otávio G (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- WACQUANT, Loïc. *As duas faces do gueto*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

Texto científico recebido em: 10/09/2014

Processo de Avaliação por Pares: (*Blind Review* - Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - [www.ufvjm.edu.br/vozes](http://www.ufvjm.edu.br/vozes) em: 31/10/2014

Revista Científica Vozes dos Vales - UFMG - Minas Gerais - Brasil

[www.ufvjm.edu.br/vozes](http://www.ufvjm.edu.br/vozes)

[www.facebook.com/revistavozesdosvales](https://www.facebook.com/revistavozesdosvales)

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424

Periódico Científico Eletrônico divulgado nos programas brasileiros *Stricto Sensu*

(Mestrados e Doutorados) e em universidades de 38 países,

em diversas áreas do conhecimento.

